

Enauta Energia S.A.

CNPJ/MF nº 11.253.257/0001-71



Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19			31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
		(Corrigido)	(Corrigido)	(Corrigido)	(Corrigido)			(Corrigido)	(Corrigido)	(Corrigido)	(Corrigido)
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	4	48.152	49.506	56.931	102.750	51.033	59.921				
Títulos e valores mobiliários	5	1.606.639	1.639.019	1.832.327	1.606.639	1.639.019	1.832.327				
Contas a receber	6	87.719	233.643	134.424	87.719	233.643	134.424				
Estoque	8	959	9.513	12.768	959	9.513	12.768				
Impostos a contribuições a recuperar	11.1	17.308	23.406	33.908	17.600	23.487	33.908				
Contas a receber - Partes relacionadas	9	11.433	14	16.501	11.553	25.166	40.681				
Créditos com parceiros	7	46.761	57.643	49.777	46.761	57.643	49.777				
Instrumentos financeiros	27	1.469	4.338	19.912	1.469	4.338	19.912				
Outros	25	25.970	18.222	18.851	25.970	18.230	18.852				
Total do ativo circulante		1.846.410	2.035.305	2.175.400	1.901.420	2.062.072	2.202.570				
Não circulante											
Caixa restrito	10	581.748	432.125	379.808	581.748	432.125	379.808				
Impostos a contribuições a recuperar	11.1	60.340	4.305	3.767	60.340	4.305	3.767				
IR e CSU diferidos	11.4	66.283	43.480	2.744	66.478	43.549	2.846				
Contas a receber - Partes relacionadas	9	-	9.215	6.100	-	9.215	6.100				
Outros ativos não circulantes		3.182	815	2.914	3.182	816	2.914				
Investimentos	12.2	76.112	203.224	194.872	76.112	197.789	167.888				
Intangível	13	929.155	697.749	738.423	929.155	697.749	738.423				
Intangível	14	389.471	399.591	406.785	389.471	399.591	406.785				
Arrendamentos - direito de uso	15	398.224	669.529	398.224	669.529	398.224	669.529				
Total do ativo não circulante		2.504.563	2.460.033	1.735.413	2.455.784	2.434.168	2.708.531				
Total do ativo		4.350.973	4.495.338	3.910.812	4.357.204	4.496.238	4.911.100				

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Reserva de capital		Reserva de lucros		Outros resultados	Dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
		Plano de opções de ações	Reserva legal	Investimentos	incentivos fiscais				
Saldos em 1º de Janeiro de 2019									
Reservas em plano de opção de ações	2.26	2.042.553	27.469	88.927	140.254	328.626	63.111	460.407	1.685 (94.481)
Saldos em 1º de Janeiro de 2019 (corrigido)		2.042.553	31.884	88.927	140.254	328.626	63.111	460.407	1.685 (94.481)
Pagamento de dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste a valor justo de instrumento financeiro		-	-	-	-	-	-	-	-
Plano de opção de ações		-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		501	-	-	-	-	-	501	501
Reserva legal		-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para incentivos fiscais		-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		2.042.553	30.086	106.638	5.717	416.976	102.081	45.205	2.749.261

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado em contrário)

1. Contexto Operacional

A Enauta Energia S.A. ("Companhia" ou "Enauta"), tem como principal objeto social a exploração de áreas na busca de novas reservas de óleo e gás, produção, comércio e industrialização de petróleo, gás natural e produtos derivados, operação na navegação de apoio marítimo e participação em sociedades que se dediquem substancialmente a atividades afins, seja como sócia ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica, mediante concessão ou autorização das autoridades competentes. Blocos em fase de produção: Bloco BS-4 - campo de Atlântia. O campo de Atlântia teve sua produção iniciada em maio de 2018. O óleo é produzido pelo FPSO Petroljar 1 e é vendido para a Shell, que contratou a compra do óleo do Sistema de Produção Antecipada ("SPA") do campo. Tendo em vista a inadimplência histórica da Dommo Energia S.A. ("Dommo") com suas obrigações de aporte financeiro no consórcio do Bloco BS-4, a Barra Energia do Brasil Petróleo e Gás Ltda. ("Barra Energia") exerceu em 11 de outubro de 2017 os direitos de retirada da Dommo previstos nos documentos do consórcio. O Tribunal Arbitral em que se discute a relação consorcial do Bloco BS-4, tendo de um lado Enauta e Barra Energia, de outro, a Dommo proferiu decisão definitiva sobre a validade da notificação de retirada da Dommo do consórcio com efeitos retroativos desde 11 de outubro de 2017. Em 20 de julho de 2020 o Tribunal Arbitral emitiu decisão final, afirmando a inexistência de qualquer violação contratual pela Enauta, na qualidade de operador, com ou como membro do consórcio. Com base nos documentos da relação consorcial, a Diretoria Colegiada da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP") em 19 de junho de 2019 aprovou a cessão da totalidade dos direitos, titularidade e interesses da Dommo no Bloco BS-4 para (i) a controlada da Companhia, Enauta Energia S.A. ("Enauta Energia"), e (ii) Barra Energia, na proporção de suas respectivas participações, passando cada uma a deter 50% de titularidade no bloco. A Dommo afirmou não ter intenção de contestar a decisão, permitindo que a Enauta Energia suspenda os efeitos dessa decisão, tendo o juiz indeferido o pedido de tutela de urgência cautelar, mantendo-se a decisão da ANP. A Dommo solicitou requerimento de arbitragem com base no qualificação de concessão, conforme questionando a ANP pela aprovação desta decisão, bem como questionando a solicitação desta cessão pela Enauta Energia e Barra, mas desistiu desta arbitragem em janeiro de 2021. A afiliada da Dommo, Dommo Netherlands B.V., também solicitou requerimento de arbitragem com base no acordo de acionistas da Atlanta Field B.V. contra a investida da Companhia, QGEP Netherlands B.V. Esse tribunal arbitral está formado e a investida da Companhia está avaliando e adotando as providências cabíveis. Em 3 de novembro de 2020 a Companhia recebeu Notificação da Barra Energia, comunicando a sua decisão de saída irrevogável do Bloco BS-4, onde está localizado o Campo de Atlântia. A Barra Energia, em 11 de novembro de 2020, comunicou a sua decisão de saída irrevogável do Bloco BS-4. A Companhia celebrou acordo com a Barra Energia por meio do qual assumirá 100% de participação no Bloco BS-4. A cessão da participação da Barra Energia para a Companhia está sujeita ainda à aprovação da ANP, além de outras condições usuais e, por isso, nenhum montante relacionado a esta transação foi reconhecido nas demonstrações financeiras referentes de 2020. Após a aprovação da ANP, a Barra Energia transferirá US\$ 43,9 milhões para a Companhia, referentes às operações de abandono dos três poços e descomissionamento da infraestrutura existente no campo. A Companhia encontra-se em fase de classificação e designação dos ativos e passivos recebidos com base nos critérios definidos pelo Comitê de Gerenciamento de Crise ("CMT"). Plano de Negócios. O Grupo sempre se pautou pela disciplina em seu gerenciamento financeiro, atendendo suas necessidades de investimento a partir dos recursos gerados internamente, e mantendo posição de caixa para suportar seus compromissos. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$1,7 bilhão. A Companhia possui uma dívida de R\$224,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020) referentes à última parcela da venda da participação no Bloco BM-5-8 o qual depende de aprovação dos bancos de fomento e do Comitê de Gestão de Riscos. A Companhia possui uma dívida de R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020, denominada em Reais e com vencimentos majoritariamente no longo prazo. Além disso, está previsto o recebimento de US\$144 milhões (equivalentes a R\$748.325 em 31 de dezembro de 2020

I. Demonstração financeira do exercício findo em: 31 de dezembro de 2019

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2019 (Original)	Ajustes Ref.	31/12/2019 (Corrigido)	31/12/2019 (Original)	Ajustes Ref.	31/12/2019 (Corrigido)
Ativo	2.035.309	-	2.035.309	2.062.076	-	2.062.076
Total do ativo circulante	-	-	-	-	-	-
Ativo não circulante	727.645	(58.116)	669.529	727.645	(58.116)	669.529
Arrendamentos - direito de uso IR e CSLL atrelados	33.694	9.786	43.480	33.763	9.786	43.549
Contas a receber - partes relacionadas	-	9.215	9.215	-	9.215	9.215
Outros ativos não circulantes	1.737.808	-	1.737.808	1.711.873	-	1.711.874
Total do ativo não circulante	2.499.147	(39.114)	2.460.033	2.473.281	(39.114)	2.434.168
Total do ativo	4.534.456	(39.114)	4.495.342	4.535.357	(39.114)	4.496.244
Passivo	233.395	(32.726)	200.669	233.395	(32.726)	200.669
Arrendamentos - direito de uso Outros obsoletos	409.193	-	409.193	410.094	-	410.094
Total passivo circulante	642.588	(32.726)	609.862	643.489	(32.726)	610.763
Não circulante	537.107	3.393	540.500	537.107	3.393	540.500
Arrendamentos - direito de uso Outros passivos não circulantes	544.434	-	544.434	544.434	-	544.434
Total do passivo não circulante	1.081.541	3.393	1.084.934	1.081.541	3.393	1.084.934
Patrimônio líquido	4.534.456	-	4.495.342	4.535.357	-	4.496.244
Reserva de capital	9.458	20.127	29.585	9.458	20.127	29.585
Lucros (prejuízos) acumulados	-	(29.909)	(29.909)	-	(29.909)	(29.909)
Outros - Patrimônio líquido	2.800.869	-	2.800.869	2.800.869	-	2.800.869
Total do patrimônio líquido	2.810.327	(9.782)	2.800.545	2.810.327	(9.782)	2.800.545
Total do passivo e do patrimônio líquido	4.534.456	(39.114)	4.495.342	4.535.357	(39.114)	4.496.244

II. Demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

	Controladora			Consolidado		
	01/01/2019 a 31/12/2019	Ajustes Ref.	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2019 a 31/12/2019	Ajustes Ref.	01/01/2019 a 31/12/2019
Receita operacional líquida	1.111.670	-	1.111.670	1.111.670	-	1.111.670
Custos	(757.041)	5.855	(751.186)	(757.041)	5.855	(751.186)
Lucro bruto	354.629	5.855	360.484	354.629	5.855	360.484
Despesas (despesas) operacionais, líquidas	(38.008)	(12.594)	(50.602)	(40.093)	(12.594)	(52.687)
Despesas administrativas	(489)	-	(489)	(791)	-	(791)
Equivalência patrimonial	(84.407)	-	(84.407)	(84.407)	-	(84.407)
Outras despesas	231.726	(6.739)	224.985	231.920	(6.739)	225.181
Resultado operacional antes do resultado financeiro	116.035	-	116.035	116.035	-	116.035
Rendimentos das aplicações financeiras	(92.645)	(34.639)	(127.283)	(92.809)	(34.639)	(127.447)
Outras receitas (despesas) financeiras	23.389	(34.639)	(11.250)	23.226	(34.639)	(11.412)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	255.115	(41.378)	213.737	213.737	(41.378)	172.359
Imposto de renda e contribuição social correntes	(36.356)	-	(36.356)	(36.285)	-	(36.285)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30.950	9.786	40.736	30.848	9.786	40.634
Lucro líquido do exercício	249.709	(31.591)	218.117	249.710	(31.591)	218.117
Resultado líquido do exercício por ação - III. Demonstração do fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2019	1.31	-	1.14	1.31	-	1.14

Fluxo de caixa das atividades operacionais

	Controladora			Consolidado		
	Original	Ajustes	Ref.	Original	Ajustes	Ref.
Lucro líquido do exercício	249.708	(31.591)	(112)(3)	218.117	249.708	(31.591)
Ajustes para reconciliar o resultado líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais:						
Equivalência patrimonial	489	-	(112)(3)	490	(1.791)	-
Amortização e depreciação - IFRS 16	170.254	(5.855)	-	164.399	170.254	(5.855)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(30.950)	(9.786)	-	(40.736)	(30.917)	-
Encargos financeiros IFRS 16	60.168	34.638	-	94.806	60.168	34.639
Despesa com plano de opção de ação	18.011	12.595	-	(5.416)	(18.011)	12.595
Outras atividades operacionais	345.910	-	-	345.908	346.622	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	777.568	(0)	-	777.568	776.105	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(97.461)	-	-	(97.461)	(97.461)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(696.373)	-	-	(696.373)	(696.373)	-
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	8.841	-	-	8.841	8.841	-
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa no período	(7.425)	(0)	-	(7.425)	(8.888)	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	255.115	-	-	255.115	59.921	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	49.506	-	-	49.506	51.033	-
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(7.425)	-	-	(7.425)	(8.888)	-

Descrição dos erros (Débitos positivos e Créditos negativos): **1)** Variação cambial capitalizada erroneamente como ativo de direito de uso. Durante 2020, o Grupo descobriu que a variação cambial arrendamentos a pagar denominados em moeda estrangeira foram reconhecidos como ativos de direito de uso em vez de despesas financeiras na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Como consequência, o Grupo está aplicando os requisitos do CPC 07 / IAS 21 - Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio para converter o passivo de arrendamento para a moeda funcional e reconhecer as diferenças de câmbio de moeda estrangeira na demonstração do resultado da seguinte forma:

	Controladora	Consolidado
Arrendamentos - direito de uso	-	(36.877)
Impostos diferidos	(20.289)	10.452
Investimentos	(20.289)	(26.425)
Ativo não circulante	(20.289)	(6.136)
Passivo circulante	-	(16.336)
Resultado de equivalência	(20.289)	(30.987)
Outras receitas e despesas operacionais	-	(30.987)
Arrendamentos e depreciação	-	(20.289)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(20.289)	(30.741)
Impostos diferidos	-	10.452
Resultado do exercício	(20.289)	(20.289)
Créditos tributários (PIS e COFINS) incluídos erroneamente na mensuração inicial dos arrendamentos. A Companhia reconheceu o valor integral do crédito tributário de PIS e COFINS, referentes à Lei nº 10.637 e 10.833, no início do contrato de arrendamento como parte do direito de uso dos bens. Dessa forma, esse ajuste visa corrigir o reconhecimento dos créditos tributários no momento do pagamento das parcelas do contrato de locação da seguinte forma:		
Direito de uso - Imóveis	-	(21.239)
Impostos diferidos	1.292	(665)
Investimentos	1.292	(21.904)
Ativos não circulantes	-	(25.506)
Direito de uso - Imóveis	-	(26.590)
Passivo circulante	-	3.394
Direito de uso - Imóveis	-	3.394
Passivo não-circulante	1.292	-
Resultado de equivalência	-	5.609
Arrendamentos e depreciação	-	(5.609)
Outras receitas e despesas financeiras	-	(12.592)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(665)
Lucro líquido do exercício	1.292	1.292

3) Opções de ações revertidas erroneamente em 2019. A Controladora concedeu plano de pagamento baseado em ações para administradores das controladas e principais executivos seniores, no período de 2011 a 2016. A Companhia reverteu incorretamente na demonstração de resultados de 2019 o valor anteriormente reconhecido como uma despesa de pagamento liquidada em ações durante o período de carência relativos aquelas opções não exercidas pelos empregados e, adicionalmente reconheceu indevidamente como reversão o recebimento das controladas pela concessão das ações da controladora. Desta forma, a Companhia fez os seguintes lançamentos para ajustar a demonstração do resultado:

	Controladora	Consolidado
Resultado acumulado	(12.592)	12.592
Patrimônio líquido	12.592	12.592
Despesas gerais e administrativas	(12.592)	(12.592)
Resultado líquido do exercício	-	-
Adicionalmente em 31 de dezembro de 2018, os valores de R\$6.100 referente a realização de opções de ações foi ajustado diretamente no saldo inicial de 2018 no patrimônio líquido em contrapartida do valor a receber da Enauta Participações. Em 31 de dezembro de 2019 tal saldo a receber foi complementado em R\$3.115em função do custo incorrido pela Companhia com o plano de opção de ações, a ser reembolsado pela Enauta Participações.		

3. Principais Julgamentos Contábeis e Fontes de Incertezas nas Estimativas

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais os valores não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes. As principais estimativas utilizadas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para processos judiciais fiscais, civis e trabalhistas, depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, premissas para a determinação da provisão para abandono de área e desmantelamento de áreas, expectativa de realização dos créditos tributários e demais ativos, provisão para o imposto de renda e contribuição social e a avaliação e determinação do valor justo de instrumentos financeiros. As estimativas e premissas são revisadas continuamente e os seus efeitos contábeis às novas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas. 3.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis. 3.1.1. Investimentos atualizados ao custo amortizado. A Administração revisou os ativos financeiros do Grupo em conformidade com a manutenção do capital e as exigências de liquidez. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possui nenhum investimento classificado nesta categoria. 3.2. Principais fontes de incertezas nas estimativas. A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos exercícios: 3.2.1. Avaliação de instrumentos financeiros. O Grupo utiliza técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, incluindo valor justo de opção de compra de ações. A nota explicativa 27 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros e sua sensibilidade. 3.2.2. Vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível. Conforme descrito na nota explicativa 2.10, a Administração reverteu a vida útil estimada dos bens do imobilizado e intangível anualmente, ao encerramento de cada exercício. Durante o exercício, a Administração concluiu que as vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível eram adequadas, não sendo requeridos ajustes. 3.2.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos. Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social, bem como diferenças temporais, são reconhecidos apenas na medida em que o Grupo espera gerar lucro tributável futuro suficiente para sua realização com base em projeções e previsões elaboradas pela sua Administração e aprovadas pelos órgãos de governança. Estas projeções e previsões futuras preparadas anualmente incluem várias premissas relacionadas às taxas de câmbio na moeda norte-americana, taxas de inflação, volume de produção dos ativos de hidrocarbonetos, preço do barril de petróleo, gastos exploratórios e compromissos, disponibilidade de licenças, e outros fatores que podem diferir das estimativas atuais. De acordo com a atual legislação fiscal brasileira, não há prazo para a utilização de prejuízos fiscais. No entanto, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente em até 30% do lucro tributável anual. 3.2.4. Provisão para processos judiciais. O registro da provisão para riscos fiscais, civis e trabalhistas de um determinado passivo na data das demonstrações financeiras é feito quando o valor da perda pode ser razoavelmente estimado (nota explicativa 17). Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou não ocorrerem. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da nossa atuação, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data precisa em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, e outras jurisdições, envolve o período de estimativas e julgamentos significativos da Administração e de seus assessores legais quanto aos resultados das decisões legais. 3.2.5. Estimativas das reservas provadas e de reservas prováveis (amortização de ativo imobilizado e intangível, provisão para abandono e desmantelamento de áreas quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado). Qualquer alteração nas estimativas de reservas provadas e de reservas prováveis impactará diretamente o impacto significativo nos encargos de amortização, reconhecidos nas demonstrações financeiras como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de abandono (nota explicativa 2.11), de sua recuperação quando da sua baixa contábil dos ativos imobilizados e intangíveis e das análises de impairment nos ativos de exploração e produção. A metodologia de cálculo dessa provisão de abandono consiste em estimar, na data base de apresentação, quanto o Grupo desembolsaria com o abandono e desmantelamento de áreas quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado. Esta provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados prospectivamente. Revisões das estimativas na provisão de abandono são reconhecidas prospectivamente como custo do imobilizado, sendo os efeitos da passagem do tempo (denominado como reversão do desconto), considerados no modelo de apuração da obrigação futura, alocadas diretamente no resultado (nota explicativa 18). Os gastos com perfurações na fase de desenvolvimento e, não resultaram em "poços secos" e bônus de descoberta de reservas de petróleo. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da nossa atuação. 3.2.6. Provisão para participação no lucro. A participação nos resultados paga aos colaboradores é baseada na realização de métricas de desempenho individuais e da área em que atuam internamente, indicadores financeiros e do resultado da Companhia. Esta provisão é constituída mensalmente, sendo recalculada ao final do exercício com base no resultado apurado e na melhor estimativa das metas atingidas, conforme as diretrizes da Lei Federal nº 10.101/2000, que regulamenta a Participação nos Lucros dos empregados nas empresas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	48.152	49.506	102.750	51.033
Total	48.152	49.506	102.750	51.033

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía caixa e aplicação financeira a prazo para fazer frente a pagamentos já programados.

5. Títulos e Valores Mobiliários

	Controladora e consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Valor justo por meio do resultado:		
Operações Compromissadas e CDBs	85.267	74.645
Fundo de investimento exclusivo multimercado (i):	1.521.327	1.564.375
CDs (pós-fixado CDI)	13.304	15.553
Títulos públicos (LT/NTN)	1.134.872	811.092
Títulos públicos (LF)	372.196	737.729
Total	1.606.639	1.639.019
Circulante	1.606.639	1.639.019

i. A Controlada Enauta Energia possui fundo de investimento exclusivo multimercado, sem perspectiva de utilização dos recursos em um prazo de 90 dias da data de sua aplicação, que investe em cotas de dois fundos exclusivos de renda fixa lastreados em títulos públicos indexados à variação da taxa Selic e títulos privados indexados à variação da taxa do CDI. Letra Financeira dos Bancos ABC, Alfa, Bradesco, BNP, Davcoval, Safra, Itaú, Volksweag e Votorantim. As rentabilidades das aplicações de títulos e valores mobiliários foram equivalentes à média de 92,49% da variação da taxa CDI acumulada em 2020 (98,80% da taxa CDI em 2019).

11. Impostos e Contribuições

11.1. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Antecipação IR e CSLL (b)	4.888	7.04	4.888	7.04
Imposto retido na fonte (a)	9.058	16.399	9.058	16.399
Recuperação PIS / COFINS (c)	57.099	-	57.099	-
Crédito PIS/COFINS	6.451	3.843	6.451	3.843
ICMS - ativo imobilizado	201	427	201	427
Outros créditos	41	752	333	27.792
Total	77.738	27.711	78.500	27.792
Circulante	17.308	23.400	17.600	23.487
Não circulante	60.430	4.305	60.430	4.305

11.2. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ICMS (d)	10.149	4.616	10.149	4.616
PIS/COFINS (e)	1.066	2.849	1.066	2.849
IRRF sobre serviços/salários	1.506	1.979	1.506	1.979
IR e CSLL	1.125	-	1.125	-
Royalties (f)	2.964	10.790	2.964	10.790
Participação especial (f)	173	1.401	173	1.401
IRRF sobre remessas estrangeira (g)	4.601	4.736	4.601	4.736
Outros (h)	2.688	2.935	2.688	2.935
IRRF sobre lucros	24.252	29.308	24.252	29.308
Circulante	16.978	29.308	16.978	29.308
Não circulante	7.274	-	7.274	-

(a) Refere-se basicamente a IRRF incluindo os créditos referentes ao sistema de cobrança semestral do imposto de renda sobre a rentabilidade das carteiras, denominado "come-cotas", na controlada Enauta Energia. (b) Antecipação de IR e CSLL a compensar de períodos anteriores. (c) Créditos fiscais de PIS e COFINS atualizados monetariamente pela Selic referentes processo judicial transitado em junho de 2020, a favor da Companhia, em que foi reconhecido o direito de exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições de PIS e COFINS (nota explicativa 17). (d) Débitos sobre a venda de gás natural do campo de Manati, o mesmo encontra-se líquido dos benefícios fiscais descritos na nota explicativa 20. (e) O valor da contribuição refere-se ao juros sobre capital próprio ("JCP") e no consolidado refere-se, principalmente, aos débitos incidentes sobre a venda de gás natural do campo de Manati. (f) Participações governamentais sobre o gás produzido no campo de Manati e sobre o óleo produzido no campo de Atlanta, conforme descrito na nota explicativa 25. (g) O valor refere-se à adesão pelo Operador ao programa instituído pela Lei Federal nº 13.586/2017 de assistência das ações administrativas e judiciais relativas ao IRRF sobre remessas estrangeiras devido a contratos de aluguel de embarcações (o valor ainda não foi objeto de cash call pelo Operador). (h) Basicamente refere-se à retenção de área e tributos retidos sobre serviços prestados. 11.3. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/202			

(a) Cenário provável da taxa de câmbio para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2021, de acordo com o relatório Focus em 15 de março de 2021, emitido pelo Banco Central do Brasil. g) Risco volatilidade de preço petróleo. Esses riscos são basicamente provenientes da variação dos preços do petróleo. As operações com derivativos tiveram como objetivo exclusivo a proteção dos resultados esperados de transações comerciais de curto prazo (até 12 meses). Seguindo a Política de Gestão de Risco de Mercado da Companhia, que tem o objetivo de mitigar a exposição da Companhia a riscos da atividade de Exploração e Produção de Óleo e Gás, a Administração optou por realizar a cobertura (hedge) de uma possível redução no preço do barril. Essa operação de hedge do preço do petróleo, montada através de compras de opções de venda, protege a Companhia com a obtenção de um preço médio de US\$40 por barril, para parte da produção do campo de Atlanta. A exposição líquida da Companhia é o prêmio pago pelo preço no momento da compra. Em 31 de dezembro de 2020 os contratos ofereceram cobertura para 600.000 mil barris a serem vendidos ao longo de seis meses. A tabela de sensibilidade abaixo diz respeito a uma variação no preço do Brent e o efeito no patrimônio líquido da marcação a mercado e liquidação da opção de venda.

	Consolidado			
	31/12/2020			
	Cenário provável (a)		Cenário Possível Remoto	
Risco	Saldo em R\$			
Preço Brent em 31 de dezembro de 2020	51,80			
Operação				
Hedge	Alta do Brent			
Despesa estimada em 31 de dezembro de 2021		1.001	501	
Marcação a mercado e liquidação Estimado		(6.221)	(6.722)	

28. Patrimônio Líquido

i. Capital social. O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2020 2019 é de R\$2.042.553, dividido em 191.262.711 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, líquido do montante de R\$57.380 dos custos com emissão de ações. A composição do capital social realizado em 31 de dezembro de 2020 é a seguinte:

Acionista	Nº de ações Ordinárias	% de Participação
Enauta Participações S.A.	191.262.711	100
Total	191.262.711	100

ii. Lucro líquido por ação. O lucro líquido por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de todas as ações em circulação no período. O cálculo do lucro por ação diluído é computado incluindo-se, quando aplicável, as opções de compra de ações de executivos e funcionários chaves usando-se o método de ações em tesouraria quando o efeito é dilutivo. Os instrumentos de participação que serão ou poderão ser liquidados em ações da Companhia são incluídos no cálculo apenas quando sua liquidação tem um impacto de diluição sobre o lucro por ação.

	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Lucro líquido básico por ação		(Corrigido)
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	134.426	218.117
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	191.262	191.262
Lucro líquido básico / diluído por ação ordinária	0,70	1,14

	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Lucro líquido diluído por ação		(Corrigido)
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	134.426	218.117
Denominador (em milhares de ações):		
Ações ordinárias em circulação	191.262	191.262
Ações diluidoras		
Lucro líquido diluído por ação ordinária	0,70	1,14

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da Enauta Energia S.A - Rio de Janeiro – RJ. **Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Enauta Energia S.A ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Enauta Energia S.A em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Enfase sobre a reapresentação dos valores correspondentes.** Conforme descrito na nota explicativa nº2.26, em decorrência dos erros identificados para os valores correspondentes, individuais e consolidados, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações financeiras relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1)/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores.** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administra-

ção e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente e em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

iii. Plano de outorga de opções de compra de ações. O Conselho de Administração, no âmbito de suas funções e em conformidade com o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovou a outorga de opções de ações preferenciais para administradores e executivos da Companhia. Para as outorgas de 2011 a 2016, as opções se tornarão exercíveis 20% a partir do primeiro ano, 30% adicionais a partir do segundo e 50% remanescentes a partir do terceiro ano. As opções, segundo estes Planos de 2011 a 2016, poderão ser exercidas em até 7 anos após a data da concessão. O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando o modelo binomial de precificação no montante de R\$1,14 para o Plano de 2016, R\$1,96 para o Plano de 2015, R\$2,65 para o Plano de 2014 e R\$4,11 para o Plano de 2013, R\$5,31 e R\$3,87 para os dois Planos de 2012 e R\$9,87 para o Plano de 2011. As reuniões do Conselho de Administração e as premissas utilizadas no modelo de precificação estão relacionadas a seguir:

	Plano 2016	Plano 2015	Plano 2014
Data da reunião do Conselho de Administração	23/02/2016	12/03/2015	24/02/2014
Total de opções concedidas e outorgadas	2.334.915	2.334.915	2.296.500
Preço de exercício da opção	R\$4,88	R\$6,36	R\$8,98
Valor justo da opção na data da concessão	R\$1,14	R\$1,96	R\$2,65
Volatilidade estimada do preço da ação	33,86%	36,96%	43,36%
Dividendo esperado	3,59%	2,47%	3,84%
Taxa de retorno livre de risco	7,25%	6,39%	6,20%
Duração da opção (em anos)	7	7	7

A movimentação das opções de ações existentes em 31 de dezembro de 2020 está apresentada a seguir:

	Opções de ações
Opções em circulação em 1º de janeiro de 2019	8.115.264
Exercício de opções no ano de 2019	(754.718)
Opções canceladas no ano de 2019	(4.370.139)
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2019	2.990.407
Exercício de opções no ano de 2020	(314.885)
Opções canceladas no ano de 2020	(1.604.853)
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2020	1.070.669

O intervalo de preços de exercício e a maturidade média das opções em circulação, assim como os intervalos de preços de exercício para as opções exercíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão sumarizadas abaixo:

Plano	Opções em circulação		Preço de exercício	Opções exercíveis	
	em dez/2020	maturidade em anos		em dez/2020	preço de exercício médio (*)
Plano 2016	1.089.164	7	4,88	93.915	5,66
Plano 2015	314.584	7	6,36	314.584	8,13
Plano 2014	1.640.826	7	8,98	1.640.826	12,42

(*) Atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("INPC"). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou no patrimônio líquido, desde o início do plano de opção de ações, um resultado acumulado com remuneração baseada em ações no montante de R\$42.795, sendo R\$44.778 das outorgas dos planos de 2011 a 2016 e a contrapartida, durante o período, na demonstração de resultado como custo de pessoal. O saldo de plano de opção de ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$30.086 e R\$29.585, respectivamente. iv. Destinação do lucro do exercício. O estatuto social da Companhia prevê a seguinte destinação do lucro do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações: **31/12/2020 31/12/2019**

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	134.426	218.117
Ajuste de exercícios anteriores (*)	(29.909)	-
Constituição da reserva legal (5%)	(5.226)	(12.485)
Dividendos mínimos obrigatórios	(1.926)	(5.519)
Dividendos adicionais propostos	(62.278)	(178.444)
Reserva de incentivos fiscais	(35.090)	(53.259)

(*) Conforme ajustes da nota 2.26.

A reserva de lucros para investimento foi constituída em 31 de dezembro de 2020 com base nos lucros remanescentes após as destinações para reserva legal e dividendos, a qual será submetida à aprovação na próxima Assembleia de Acionistas.

29. Seguros

Os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidade	Data de vigência		Importâncias seguradas
	Início	Vencimento	
Riscos de petróleo e operacionais	31/12/2019	30/06/2021	4.385.228
Patrimonial	21/07/2020	21/07/2021	15.976
D&O	29/03/2020	29/03/2021	140.000
Responsabilidade civil geral	21/02/2020	21/02/2021	10.392
Seguro viagem	-	-	2.598
Total			4.554.194

30. Plano de Benefícios de Aposentadoria

A Companhia possui um plano de previdência privada, por adesão, sendo elegíveis todos os funcionários e administradores. Trata-se de um plano com contribuição definida, com valor até 12% do salário mensal por parte do funcionário, e contrapartida de até 6,5% por parte da empresa, conforme nível hierárquico. O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência com dois tipos de regime de tributação, progressivo e regressivo. Quando os empregados deixam o plano antes do exercício de carência o valor já pago pela Companhia é depositado em um fundo inominado que poderá ser utilizado para quitação de faturamentos futuros. A única obrigação da Companhia em relação ao plano de aposentadoria é fazer as contribuições específicas. A despesa total é reconhecida na demonstração do resultado consolidada e refere-se a contribuições pagas conforme alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

	Controladora e consolidado	
	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Previdência privada (a)	(1.196)	(1.374)
Total	(1.196)	(1.374)

(a) A Companhia usou o fundo inominado da previdência privada no valor aproximado de R\$281 (parcela da contribuição da Companhia referente a funcionários desligados que não cumpriram o período de vesting) para quitar as parcelas a contribuir referentes aos meses de abril, maio e junho (parcial).

31. Informações Adicionais aos Fluxos de Caixa

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia, são como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores de imobilizado	-	50.940
Multas / penalidades contratuais	32.524	26.413

32. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Enauta Energia S.A. foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2021.

33. Membros da Administração

Diretoria	Controller e Contadora responsável
Décio Fabrício Oddone da Costa	Ana Glória de Oliveira Nogueira
Paula Vasconcelos da Costa Corte-Real	Fernanda Amaral Rodrigues de Britto
Carlos Ferraz Mastrangelo	CRC/RJ - 090.320 O-4

procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Contúbeis sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo as divulgações e se tais demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.